



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 17 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 2018.**

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor – Informação; -----
2. Proposta de Aprovação da Adesão ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia; -----
3. Proc. N.º MB - 07/2018: “Requalificação do Castelo / Fortaleza” – Adjudicação e minuta do contrato; -----
4. Proc. N.º MC - 08/2018: “Beneficiação da Barragem da Baságueda” – Adjudicação e minuta do contrato; -----
5. Transportes Escolares – Ano letivo 2018/2019 – Adenda ao Protocolo entre o Município de Penamacor e a Rodoviária da Beira Interior, S.A.; -----
6. Pagamento de indemnização – Acidente de viação; -----
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 16 de agosto do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar, sendo que nenhum deles exerceu esse direito. -----

1 – REABILITAÇÃO DO TEATRO CLUBE DE PENAMACOR - INFORMAÇÃO.

Foi presente à reunião informação subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo, por deliberação do dia 25 de julho, sido aberto procedimento de concurso público para a empreitada de Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor (Proc. MB 07/2018), veio o júri designado para o procedimento remeter o relatório que elaborou e no qual se constata que não foi submetida qualquer proposta ou manifestada vontade de contratar por parte de qualquer interessado/concorrente. -----

Assim, dá-se conhecimento de que, por força da lei e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP na versão atualizada, se extingue o procedimento de concurso público aberto por deliberação da Câmara Municipal do dia 25 de julho para a empreitada de Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor”. -----

2 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Município de Penamacor pretende comprometer-se com as metas do Pacto de Autarcas – *Covenant of mayors* – através da sua adesão. A concretização das metas propostas resultará na redução de 40% das emissões de CO₂ do município e da adaptação às alterações climáticas através da implementação de um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria. Essas medidas centram-se na promoção da eficiência e resiliência no consumo de energia e na integração de energias renováveis de pequena escala no território do município. -----

Através da adesão ao Pacto Europeu de Autarcas as autarquias locais comprometem-se voluntariamente a promover o aumento da eficiência energética e a utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios, contribuindo para o objetivo de reduzir as emissões de CO₂ em pelo menos 40% até 2030 e na adaptação face às alterações climáticas. -----

Os Signatários do Pacto comprometem-se a implementar Planos de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) nos seus territórios, nos quais se apresenta um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria. -----

O PAESC é um instrumento fundamental na conceção, implementação e monitorização das medidas orientadas para o cumprimento das metas do Pacto de Autarcas. No quadro da conceção das medidas, o PAESC fornece através da matriz energética e matriz de risco informação precisa sobre a distribuição sectorial dos consumos energéticos e dos respetivos vetores. -----

O PAESC é um meio de disseminação da informação sobre os desafios e oportunidades colocados do município e à região, aos agentes privados e aos munícipes em geral pelas exigências do compromisso assumido pela adesão ao Pacto dos Autarcas. Do ponto de vista dos desafios, o PAESC evidencia os consumos energéticos e setores sobre os quais é prioritária uma atuação. Do ponto de vista das prioridades, o PAESC fornece elementos para avaliação de custos e benefícios das medidas que concretizam as metas do Pacto de



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Autarcas expondo, portanto, as oportunidades de investimento público e privado. -----

A adesão ao Pacto de Autarcas, a realização do PAES e a respetiva implementação relacionam-se com a formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável, de atratividade e competitividade. A implementação das medidas atua como um ativo na atração de inovação, recursos, investimento e emprego. Neste quadro, a adesão ao Pacto de Autarcas constitui um passo significativo na afirmação do Município de Penamacor e no reforço do seu contributo para a projeção do município. -----

Assim, propõe-se que ao Executivo Municipal que delibere: -----

- Aprovar a adesão do Município de Penamacor ao Pacto de Autarcas para a Energia e Clima". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – PROC. N.º MB – 07/2018: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA” – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo, por deliberação do dia 25 de julho, sido aberto procedimento de concurso público para a empreitada de Requalificação do Castelo / Fortaleza de Penamacor (Proc. MB 07/2018), veio o júri designado para o procedimento proceder à análise e avaliação das propostas apresentadas e realizar audiência prévia. Remete agora o relatório final e restante documentação. -----

Considerando que, nos termos do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão de adjudicação mediante a escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o artigo 98º do mesmo diploma, e que essa entidade no presente procedimento é a Câmara Municipal, PROponho QUE SEJA DELIBERADO: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 - Ao abrigo da competência atribuída pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugada com o nº 1 do artigo 73º do CCP, adjudicar a execução da empreitada às seguintes propostas, notificando-se os concorrentes nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP atualizado: -----

- Lote 1 à proposta da concorrente António José Cruchinho & Filhos, Lda., pelo valor de € 162.868,20 acrescidos de IVA; -----

- Lote 2 à proposta da concorrente António Lourenço, Lda., pelo valor de € 585.729,10 acrescidos de IVA. -----

2 - Aprovar a minuta do contrato de empreitada que se anexa à presente proposta, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do nº 1 do artigo 100º do mesmo diploma. -----

Em consequência, serão notificadas as adjudicatárias para efeitos do previsto nos artigos 101º e 102º, para apresentarem no prazo de 10 dias os documentos de habilitação previstos no artigo 81º e no ponto 4.4. do Programa do procedimento e ainda para, no mesmo prazo, prestarem caução correspondente a 5% do preço contratual, o que deverão fazer nos termos e pelos modos previstos no artigo 90.º do CCP, pelos seguintes valores: -----

- Lote 1 - € 8.143,41; -----

- Lote 2 - € 29.286,45”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – PROC. N.º MC – 08/2018: “BENEFICIAÇÃO DA BARRAGEM DA BASÁGUEDA” – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo, por deliberação do dia 25 de julho, sido aberto procedimento de concurso público para a empreitada de Beneficiação da Barragem da Baságueda (Proc. MC 08/2018), veio o júri designado para o procedimento



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

proceder à análise e avaliação das propostas apresentadas e realizar audiência prévia. Remete agora o relatório final e restante documentação na qual propõe que a adjudicação seja feita à proposta apresentada pela sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda., pelo valor da proposta que é de 197.494,34 Euros (cento e noventa e sete mil quatrocentos e noventa e quatro euros e trinta e quatro cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Considerando que, nos termos do artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão de adjudicação mediante a escolha de uma das propostas apresentadas, cabendo ao mesmo órgão aprovar a minuta do contrato conforme o artigo 98º do mesmo diploma, e que essa entidade no presente procedimento é a Câmara Municipal, **PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO:** -----

1 - Ao abrigo da competência atribuída pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugada com o nº 1 do artigo 73º do CCP, adjudicar a execução da empreitada à proposta apresentada pela sociedade António José Cruchinho & Filhos, Lda., pelo valor da proposta que é de € 197.494,34 acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, notificando-se os concorrentes nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP atualizado; -----

2 - Aprovar a minuta do contrato de empreitada que se anexa à presente proposta, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária nos termos do nº 1 do artigo 100º do mesmo diploma. -----

Em consequência, será notificada a adjudicatária para efeitos do previsto nos artigos 101º e 102º, para apresentar no prazo de 10 dias os documentos de habilitação previstos no artigo 81º e no ponto 4.4. do Programa do procedimento e ainda para, no mesmo prazo, prestar caução no valor de € 19.749,43, correspondente a 10% do preço contratual por ser anormalmente baixo o preço da proposta, o que deverá fazer nos termos e pelos modos previstos no artigo 90.º do CCP". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

5 - TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2018/2019 – ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENAMACOR E A RODOVIÁRIA DA BEIRA INTERIOR, S.A. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Aproximando-se o início do ano letivo 2018-2019, importa assegurar o transporte de alunos das várias freguesias para frequentarem a escola em Penamacor. Para isso, tem vindo a ser negociado com a operadora de transportes coletivos de passageiros que assegura as carreiras de transporte na área do Município, a Rodoviária da Beira Interior, SA, a manutenção do protocolo que vigora desde 2006. Tendo vindo a ser sucessivamente atualizado, também este ano há necessidade de introduzir alterações ao acordo, mediante adenda que atualize o teor da cláusula primeira e adicione uma nova cláusula. -

Assim, propõe-se que seja deliberado: -----

- Autorizar o pagamento de contrapartida financeira pela realização das carreiras de serviço público no valor até € 79.453,44 mais IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a € 464,64 por cada um dos 171 dias em que devam ser também assegurados os transportes escolares no decurso do ano letivo de 2018-2019, atendendo à competência atribuída à Câmara Municipal, nos termos do disposto artigo 33º, nº 1 alínea gg), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

- Autorizar o pagamento de € 83.870,00, 44 mais IVA à taxa legal em vigor, pela emissão dos passes escolares dos alunos a transportar, os quais terão direito a utilizar as carreiras de transporte público exceto nos períodos de interrupção letiva, nos termos e para os efeitos do que dispõe o Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A despesa tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as seguintes classificações: Orgânica 02, Económica 020210 e no Plano Plurianual de Investimentos do ano corrente, no Objetivo 2, Programa 211, Projeto 2016/6, Ação 5. O compromisso, obrigatório nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março. -----

A assinatura do protocolo e os pagamentos que dele resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, e após emissão do compromisso respetivo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – ACIDENTE DE VIAÇÃO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Conforme participação de acidente de viação apresentada na GNR – Posto Territorial de Penamacor, ocorreu no dia 7 de agosto de 2018 um acidente de viação na Estrada Municipal 566, na freguesia de Aranhas, com despiste da viatura de matrícula BM-600-KN danificando os pneus do lado direito num buraco. De acordo com a participação apresentada, o acidente foi causado pelo buraco que não se encontrava devidamente sinalizado. -----

Assim, face ao pedido apresentado por Bruno Daniel Sabugueiro, residente na Avenida da Bulgária, n.º 14, 1º andar, 2605-730 Casal de Cambra, proprietário da viatura sinistrada, pese embora a ausência de outras provas ou factos aduzidos no processo, mas atendendo aos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas, proponho: -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 - Que seja deliberado autorizar o pagamento ao lesado Bruno Daniel Sabugueiro, a título de indemnização pelos danos, do valor de € 702,90, para pagamento das despesas de reparação da viatura sinistrada, nos termos do artigo 3º, nº 1 do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro. O pagamento será feito mediante apresentação do recibo comprovativo da realização da despesa emitido ao lesado pela empresa que executar o serviço e no estrito cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

2 – Que seja deliberado aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 8.173.620,84 euro e uma despesa também acumulada de 4.730.569,62 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.^a _____
Data: ____/____/____